

# Diário do Legislativo de 08/01/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves\* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.182, de 7 de janeiro de 1998.

Aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1996.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1996.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de janeiro de 1998.

Deputado Romeu Queiroz - Presidente

Deputado Elmo Braz - 1º-Secretário

Deputado Ibrahim Jacob - 2º-Secretário "ad hoc"

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

333ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 11/12/97

O Deputado Alberto Pinto Coelho\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores membros da imprensa, ocupo esta tribuna para assegurar ao Plenário o pleno conhecimento do artigo "A TELEMIG, a privatização e o social", de nossa autoria, publicado no dia 10 do corrente, na pág. 11 do 1º caderno do jornal "Estado de Minas".

Pelo interesse coletivo e pela relevância social que a matéria, a nosso ver, possui, buscamos publicá-la para, em seguida, registrá-la nos anais da Casa com este pronunciamento.

Os antigos romanos nos legaram máxima que veio a incorporar-se, de forma definitiva, ao acervo da sabedoria popular, devido à justeza e à oportunidade de seu conteúdo: "In medio virtus", ou seja, a virtude está no meio.

Ocorre-nos o oportuno ditado ao analisarmos certo radicalismo incidente no processo de privatização das empresas estatais de telecomunicações, ora empreendido por nossas autoridades.

Em mais de uma oportunidade, ocupamos esta tribuna para, em nome do povo mineiro, que aqui representamos, ressaltar e enaltecer o trabalho desenvolvido pela TELEMIG em nosso Estado. Os últimos resultados da empresa correspondendo a índices de qualidade dos serviços, atendimento das demandas, níveis de investimentos e lucratividade, os dois últimos sem precedentes na história da TELEMIG, fazem por merecer nova manifestação de nossa parte.

Mas é de justiça acrescentar que o bom trabalho dos Diretores encontra respaldo no corpo de funcionários, composto de profissionais qualificados e imbuídos de não menor dedicação.

Nesse panorama brilhante, está sendo programada, pela controladora TELEBRÁS, a venda da TELEMIG a grupos particulares, em linha com a política privatista adotada pela União. É fundamental que no âmbito privado esteja assegurado o mesmo padrão técnico e a mesma qualidade de serviços que nos proporciona hoje a estatal.

Entretanto, têm-nos chamado a atenção algumas práticas seguidas pela TELEBRÁS em relação às suas afiliadas, como etapa preliminar do processo de alienação. Falamos do tratamento atribuído aos sistemas de telefonia celular e telefonia fixa, que estão sendo administrados separadamente, como se existissem duas empresas distintas na estrutura da TELEMIG.

Poder-se-ia argumentar que essa segmentação viabiliza a futura comercialização das empresas em bases mais vantajosas, o que é aceitável. O que não se pode aceitar, porém, é a restrição do uso da telefonia celular no suporte ao sistema fixo, como pretende a TELEBRÁS. Esta, ao que consta, enviou recentemente carta-circular a cada uma de suas operadoras estaduais, proibindo peremptoriamente novos investimentos em infra-estrutura celular para implantação de telefones públicos - TPs - e postos de serviço - PSs.

Ora, o planeta global entrou definitivamente na era da tecnologia celular, e nosso País não tem outra alternativa senão acompanhá-lo. Afinal, o sistema, entre outras vantagens, viabiliza soluções de alta qualidade, velocidade de atendimento e baixos custos complementares, sendo a solução indicada para o atendimento às comunidades mais distantes, como os distritos e os povoados, onde o aparelho público cumpre importantíssima função.

A limitação do sistema celular como apoio à telefonia fixa, portanto, não encontra justificativa, sobretudo do ponto de vista social. A ciência e a tecnologia devem trabalhar para o bem da humanidade e não para privilegiar economicamente determinados setores.

Dirão os especialistas da TELEBRÁS que esta é análise simplista, não subsistindo a estudo mais aprofundado e não levando em conta os investimentos realizados na infra-estrutura celular, "overhead", custos indiretos, etc. A assertiva não fica de pé, todavia, se considerarmos que os investimentos já foram feitos, estando os meios disponíveis para serem utilizados.

O essencial é que estamos abordando serviços de eminente interesse público, não podendo aí o fator social ceder preferência ao aspecto econômico. Se examinados sob a ótica exclusiva da rentabilidade, tornar-se-ão, injustamente, inacessíveis à grande maioria de nossa população.

O impasse nos leva a refletir sobre a imediata necessidade de se estabelecerem políticas objetivas e cristalinas para a área das comunicações, especificamente para as telefonias celular e fixa. Essas políticas, a serem cristalizadas em competente legislação, deverão priorizar e resguardar o "social", como condição básica para grupos privados que vierem a explorar tais serviços.

Minas Gerais conta hoje com cerca de 1.500 comunidades mudas, ou seja, não atendidas por qualquer modalidade de serviço telefônico, bem como demandas crescentes de telefones públicos nos bairros de periferia das cidades. A solução celular se afigura como a alternativa cada vez mais abrangente em tais casos, na razão direta da sua expansão no Estado.

É uma situação crítica, a propósito da qual cabe ao Legislativo mineiro fazer indicação às diretorias da TELEBRÁS e da recém-criada ANATEL, bem como ao Sr. Ministro das Comunicações, encarecendo as providências que a matéria requer.

À representação mineira no Congresso Nacional, por nossos Senadores e Deputados, cumpre, por sua vez, mobilizar-se a respeito. O assunto está a merecer, ainda, a mais ampla divulgação, como forma de sensibilizar a imprensa e as instituições. Em síntese, faz-se mister encontrar solução tempestiva para esse problema grave, fruto de equivocada atitude por parte de setores do Governo Federal.

Cabe ainda ressaltar aspectos que escaparam ao conteúdo da nossa matéria, mas que devemos citar, pois a prevalecer dita deliberação, torna-se letra morta o convênio renovado entre a TELEMIG e o Governo do Dr. Hélio Garcia, através do Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL -, que propiciou, utilizando-se da base celular, a implantação de centenas de postos telefônicos em distritos e povoados. Da mesma forma, são inócuos os requerimentos dos ilustres Deputados, aprovados neste Plenário, com o propósito de se instalarem telefones públicos e postos telefônicos, com solução técnica pela via celular, pelas mesmas razões externadas neste nosso pronunciamento.

É nosso propósito, para fazer valer seu inteiro conteúdo, apresentar requerimento à Mesa desta Assembléia, com a finalidade de assegurar as providências requeridas aos órgãos e às autoridades citadas.

Por fim, estamos certos de que encontraremos neste Plenário, na imprensa e nas instituições o indispensável apoio. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, vimos fazer um pronunciamento relativo à comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Celebramos ontem o 49º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas, infelizmente, entendemos que o nosso pronunciamento tem que ser feito com o hasteamento desse pano preto, que comemora, que celebra, que nos relembra o luto que estamos vivendo no País e no Estado de Minas Gerais, pela não-existência de uma política real e efetiva dos direitos humanos.

Não é à toa que o último relatório da OEA coloca o Brasil como um dos países que mais desrespeitam os direitos humanos. E mais do que isso: coloca na raiz de todos os desrespeitos aos direitos humanos neste País a impunidade, principalmente a impunidade da violência policial militar, a impunidade que, de alguma forma, causa insegurança e contribui para se perpetuarem novas violências contra os pobres.

A Comissão de Direitos Humanos promoveu ontem nesta Casa, com várias autoridades da sociedade civil, uma cerimônia na qual se discutiu o tema BH - Sem Violência, sem Tortura, pela comemoração de seu 100º aniversário. Mas o mais grave é que vemos que o próprio poder público é conivente com essa impunidade, com essa violência perpetrada contra os direitos humanos no País. Basta vermos o último resultado da CPI do Sistema Carcerário, depois de 160 dias de trabalho ouvindo cerca de 500 pessoas entre presos, representantes de entidades de direitos humanos e representantes do próprio Governo que trabalham na política prisional. É bom lembrarmos que ontem completaram-se 90 dias do encerramento dos trabalhos da CPI, mas o Governo do Estado de Minas Gerais, até agora, não efetivou nenhuma política concreta, não encaminhou nenhuma das decisões que tomamos.

Constatamos que Delegados estão envolvidos com torturas, que Detetives e policiais militares não levam em conta o mínimo respeito aos direitos dos familiares dos presos e dos próprios presos nos estabelecimentos penais do Estado. Assim, solicitamos que eles fossem afastados de seu cargo. O que tivemos, até agora, foi o silêncio do Governo a esse respeito.

O relatório da CPI determinou que, em 90 dias, o Governador do Estado deveria nomear uma comissão para estudar, no prazo de 2 anos, a transferência dos 10.310 presos da Secretaria de "Insegurança" Pública para a Secretaria de Justiça. E, até agora, transcorridos os 90 dias, o Governador do Estado não tomou medidas concretas para que essa comissão fosse criada. É um Governador que também caminha na contramão dos direitos humanos.

Tivemos conhecimento, nesta semana, de dois fatos que agridem ainda mais essa propalada discussão sobre os direitos humanos. Primeiro, ficamos sabendo ontem que, depois que a Vale do Rio Doce foi privatizada, não houve mais nenhuma negociação com o METABASE, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Ouro Preto. Dirigentes sindicais estão sendo perseguidos e forçados a pedir demissão da empresa. E assistimos a uma omissão enorme por parte desse Governo, que privatizou a Vale. E a gente vê que a empresa não respeita um dos direitos mínimos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos: o direito à liberdade de organização sindical.

Também tivemos, na semana passada, a invasão violenta da sede do Sindicato dos Rodoviários de Juiz de Fora. Todos nós pudemos ver pela televisão que 50 trabalhadores rodoviários estavam algemados e deitados na calçada e que, mesmo assim, foram chutados por policiais militares. Essa polícia é comandada pelo Governador do Estado e não respeita os direitos humanos. Mesmo assim, ela tem a conviência desse mesmo Governo e dos Comandantes militares de plantão. E todos nós vimos aquela cena.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora - CDDH -, numa nota publicada no dia 8/12/97, disse assim: "Os graves incidentes ocorridos lembram as ações da ditadura militar contra os trabalhadores. Constituem um precedente perigoso, que coloca em risco as garantias constitucionais de livre organização sindical e manifestação". Então, aquele espetáculo grotesco que vimos em Juiz de Fora foi um sinal claro do desrespeito à questão dos direitos humanos.

Mas esse desrespeito vai mais longe: ontem, um representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Movimento Negro Unificado, Hamilton Borges, prestou declaração à Comissão de Direitos Humanos. Pois bem, como ele denunciou a violência policial contra moradores de vilas e favelas, denunciou a situação da Barragem Santa Lúcia e até a conviência de policiais com a marginalidade, hoje ele foi violentamente agredido por policiais militares. Tenho certeza de que isso aconteceu em represália ao depoimento prestado a esta Casa. Isso é grave. É um atentado contra um Poder. É um atentado contra a Assembléia Legislativa.

Por isso, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaríamos de estender, nesta tribuna, a tarja branca da paz ou a verde da esperança. Mas, infelizmente, as omissões do Governo do Estado e do Governo Federal, como bem constatou a própria OEA, não nos permitem trazer a esta tribuna outro símbolo para manifestar a nossa indignação e nossa tristeza pela ausência da política de direitos humanos.

Alguns fatos ainda nos alegram, como a mobilização das entidades de direitos humanos, numa luta árdua, difícil, como se estivessem pregando no deserto contra todas essas violações. E quero registrar também um fato promissor: ontem, no final da tarde, o Promotor de Justiça da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, Sr. Gilvan Alves Franco, solicitou a prisão preventiva do Delegado André Luiz da Rocha.

Ele justifica seu pedido à MM. Juíza, apresentando as três condenações que esse delegado já sofreu. Assim diz o Dr. Gilvan: "Face à reincidência, conforme se verifica desses autos (Levantamento de Penas), requeiro de V. Exa. seja revogado o "sursis" do condenado André Luiz da Rocha, conforme determina o art. 81, inciso I, do Código Penal. Requeiro seja expedido mandado de prisão contra o condenado. Após a prisão, requeiro seja expedida liminar de recolhimento para a matrícula do condenado na Casa do Albergado em 12/10/97." Gestos como esse de coragem, sendo que o Governador poderia resolver o problema com uma medida administrativa, uma vez que o afastamento desse delegado foi um dos que a CPI pediu, dão-nos esperanças. E termino esse depoimento, essa intervenção, citando o final da fala da D. Helena Greco, grande combatente na luta pelos direitos humanos, coordenadora do Movimento Tortura Nunca Mais, de Minas Gerais. Assim ela se expressou, ao fazer sua intervenção, ontem, na Comissão de Direitos Humanos: "Sabemos que não existem fórmulas mágicas para a erradicação da barbárie. Mas, podemos continuar a construir, dentro e fora do espaço institucional, mecanismos de contrapoder que substituam a cultura da violência e do extermínio pela celebração da vida, da liberdade e da busca da felicidade, a concretização das utopias". Parabéns D. Helena, parabéns a todos que não se entregaram e que continuam nessa árdua e difícil luta pela defesa dos direitos humanos. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa\* - Vou aproveitar a bandeira de luto do Deputado Durval Ângelo. Vim aqui, Sr. Presidente, pois não poderia deixar passar em branco esse fato: apenas uma vez, Belo Horizonte vai fazer 100 anos. Apenas uma vez. Lamentavelmente, uma comemoração decepcionante mostra a pequenez do Prefeito medíocre que Belo Horizonte conseguiu eleger. Isso nos dá mostras de que nosso povo confunde bonzinho com frouxo. As pessoas, quando têm uma fazenda e precisam campear gado, procuram um animal vigoroso, forte e viril. O povo de Belo Horizonte, para comandar o centenário de sua cidade, convocou um frouxo. Lamentavelmente, melancolicamente, venho aqui parabenizar a cidade pelos 100 anos, em que ela resiste a incompetências sucessivas. Vou lembrar uma historinha, que aprendi quando menino, ficando-me gravada na memória. Ela serve para Belo Horizonte. Havia uma cidade, em um desses países da era medieval, que tinha um rei. Ele era tão ordinário que, quando passava pelas ruas, todos os dias, chicoteava seus súditos, arrastava alguns de vez em quando, mandava bater, etc. Havia uma velhinha que, todos os dias, ajoelhava aos pés do seu cavalo, dando graças a Deus e pedindo que Deus o conservasse. Indignado com aquela situação, pois ele era muito ruim, idêntico ao nosso Prefeito de Belo Horizonte, um dia mandou arrastar essa velhinha até o palácio, para que lhe explicasse por que, mesmo sendo chicoteada, pisoteada pelo seu cavalo, aquela pobre infeliz o adorava e dizia que Deus o conservasse. Ela, na maior simplicidade, disse-lhe: Sr. Rei, se o senhor morrer, ainda irá aparecer um pior. Está igual à história do Prefeito de nossa cidade. A cada dia que passa, que Deus conserve esse infeliz que ocupa a Prefeitura de Belo Horizonte, porque, se ele morrer, ainda pode aparecer outro pior.

Que Belo Horizonte tenha um feliz centenário, apesar do Prefeito e de todos os percalços que a cidade vem enfrentando. Eu, como belo-horizontino, não podia ficar sem deixar registrada aqui a minha angústia por essa tão lamentável comemoração do seu centenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Natal representa vida. Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, falo na condição de belo-horizontino por vivência, porque tenho 47 anos de idade, nasci em Januária, à margem do São Francisco, e aos 17 anos de idade, para estudar, transferi-me para Belo Horizonte. Aqui estou, portanto, há 30 anos, quase 2/3 de minha vida. Hoje é uma data de aniversário para esta cidade. A nossa cidade comemora o seu centenário. Belo Horizonte, tão citada pelos poetas, pelas almas nostálgicas. Belo Horizonte, arborizada, bem traçada. Belo Horizonte dos bondes; Belo Horizonte da Praça da Liberdade; Belo Horizonte, demarcada pela Contorno; Belo Horizonte, o berço das decisões importantes do Brasil. Belo Horizonte, o centro do pensamento acadêmico do nosso País; Belo Horizonte, a escola da política, para onde todos os mineiros vêm e onde todos aprendem, como estamos aprendendo agora, como aqui estamos. Belo Horizonte, parabéns para a nossa Capital, para todos os que moram na nossa Capital e para o nosso Prefeito. Todos sabem que este Deputado votou em Amílcar Martins, mas tenho convicção absoluta e passei a conhecer o Célio de Castro apenas no sentido de estudar sua personalidade - essa é uma característica minha - e descobri que, se ele pudesse, faria o melhor para Belo Horizonte. Quero dar agora ao Prefeito de Belo Horizonte, desta tribuna, porque a ele enviarei este discurso, este pronunciamento de todo o coração. A solução está em o homem libertar-se das amarras, das tradições, dos pensamentos filosóficos, partidários. A solução está em buscar aquele que nos deu a vida, nos deu esta cidade e nos colocou nesta cidade, em Deus o manancial de todo o conhecimento, a sabedoria para administrar bem e governar a cidade de Belo Horizonte. Ouvimos o Deputado Miguel Martini falar com tanta propriedade a respeito, o nosso trânsito está tornando a cidade totalmente inviável. É horrível, estafante, estressante. Não se seguiu aqui o exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Rio de Janeiro, com a Linha Vermelha, que Brizola conseguiu para aquela cidade. Não podemos culpar o Célio de Castro agora. Sendo assim, culparíamos os Prefeitos que passaram por Belo Horizonte antes dele. O ideal seria culparmo-nos, porque às vezes os compromissos partidários - isso é um mal da república - precisam ser cortados, às vezes até a nossa filosofia, quando ela é extremada, quando o nosso ponto de vista é único, é absoluto, não o colocamos à apreciação de outro ponto de vista, ficamos com vãs filosofias e não realizamos obras.

O nosso desejo é que, neste centenário, todos nós possamos reconhecer que temos a nossa parcela de culpa, mas temos também a solução para o Prefeito de Belo Horizonte - todos que o conhecem sabem ser um homem sério e honesto -, a solução para o nosso Governador, que é daqui de Belo Horizonte, aliás, de Santo Antônio do Monte, mas viveu e conviveu aqui. Para todos que vivem aqui, sob o sol de Belo Horizonte, parabéns pelo centenário! Agradeço a Deus pelo privilégio de ser também, de coração e de extensão de vida, um belo-horizontino.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Primeiramente, quero agradecer a oportunidade que V. Exa. me concede. Em segundo lugar, como parlamentar da Assembléia Legislativa, também quero me congratular com a Capital de todos os mineiros pelo transcurso de seu centenário, no dia 12/12/97. Em terceiro lugar, congratular-me com V. Exa., porque, de todos os oradores que subiram à tribuna hoje, V. Exa. é o que dá o maior exemplo de serenidade no julgamento da administração de Belo Horizonte. E não estou aqui para defender o Prefeito Célio de Castro. Nas intervenções do PT, também ficamos preocupados com as críticas duras que se fazem ao Governador Eduardo Azeredo. O exemplo de V. Exa. e o nosso são de serenidade nesta Casa. Não estamos aqui para jogar pedras no Governador Eduardo Azeredo. Não estamos aqui para jogar pedras no Prefeito Célio de Castro ou em qualquer outro administrador.

A culpa pela situação deste País é estrutural. Vivemos em um país de Terceiro Mundo, um país explorado pelo capital internacional, de longa data: colônia portuguesa; colônia econômica da grande potência do século passado, que era a Inglaterra; colônia, hoje, de outros países que demandam o poder do grande capital. Sabemos que governar um país de Terceiro Mundo é muito difícil.

O Deputado Raul Lima Neto - Mas, Exa....

O Deputado Marco Régis - Permite-me V. Exa. concluir o meu raciocínio. Assistimos na segunda-feira, pela televisão, ao ex-Presidente Fernando Collor tecer críticas ao atual Governo brasileiro, dizendo que o Brasil, com toda a sua potencialidade, com toda a sua integração, no momento, ao processo de globalização, espera um crescimento econômico de menos de 2% para o ano que vem, enquanto Cuba, massacrada por um bloqueio econômico pelos Estados Unidos da América e seus aliados, bloqueio de longa data, perverso, maldoso, cruel, vai crescer 2% ao ano.

É só para dar um exemplo a V. Exa. do problema da nossa inserção, como país de Terceiro Mundo, na economia mundial e da incapacidade de nossos governantes. Todos os Governos Estaduais estão com dificuldades financeiras, e todos estão atrelados ao programa do real. Acreditamos que é uma manutenção até fictícia do real, que leva à incapacidade dos Governos Estaduais no confisco do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF -, no confisco da Lei Kandir. Mas, quando assistimos, como ontem, ao Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais defender o FEF e a Lei Kandir, que estão explorando os Estados, ficamos realmente deprimidos, porque, na verdade, sabemos, particularmente, de conversa franca com o Governador Eduardo Azeredo, que ele se irrita quando o chamam de neoliberal. Mas quando o seu Secretário vem à Assembléia Legislativa e defende medidas que estão atreladas à intervenção do FMI, ficamos deveras preocupados em saber qual língua fala o nosso Governo.

Quero acreditar na pureza, na transparência e na honestidade do Governador Eduardo Azeredo, como quero acreditar na pureza e na transparência do Prefeito Célio de Castro. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Quero concluir essa parte sobre Belo Horizonte dando-lhe parabéns e dizendo que acredito que nossa cidade tem vocação expressiva na política nacional. Acredito que Belo Horizonte tem condições de se tornar uma cidade formosa, novamente toda arborizada, e uma cidade também viável, com viadutos e escoamento de trânsito. No entanto, é a cidade mais mal sinalizada que já vi até hoje, com uma placa, por exemplo, indicando a Pampulha e, quando a pessoa aí entra, vai parar no Jaraguá e não há outra via para voltar. No Rio de Janeiro você não se perde. Mas há uma direção aqui, o homem que a tomar não perde essa direção, que é a direção da verdade, a direção da justiça, a direção de Deus, de Jesus Cristo, nosso Senhor.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte)\* - Quero apenas complementar algumas palavras do meu ilustre companheiro, Deputado Marco Régis, lembrando que a filosofia da administração que governa Belo Horizonte é a de Cuba. Há cerca de 15 dias fiquei estarecido ao ler em um jornal que Fidel Castro proibiu, não é que houve uma taxaço, mas houve a proibição de compra de ventilador, ar- condicionado, fogão elétrico, escova de dentes elétrica e barbeador elétrico, porque vai faltar energia em Cuba. Com esse crescimento de 2%, Belo Horizonte segue o exemplo do Leste europeu.

Cuba vai muito mal, mas o cidadão Fidel Castro tem uma conta na Suíça de US\$1.600.000.000,00, nobre Deputado. Cuba pode ir mal, mas Fidel Castro vai muito bem. Os comunistas que estão no Leste europeu estão muito mal, mas aqueles que estão no Brasil, onde podem falar, estão bem. Queria ver esse discurso de V. Exas., que são os comunistas militantes, lá. É lá que seria bom. Vocês tinham que disputar as eleições lá, tinham que fazer democracia lá e utilizar a justiça lá.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Deputado, não defendi aqui o regime de Fidel Castro, só fiz uma comparação sobre o crescimento da economia, não estou aqui fazendo defesa...

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - A Presidência comunica ao Deputado Marco Régis que não lhe foi concedido aparte.

O Deputado Raul Lima Neto - O nobre Deputado tem aparte quando quiser. Na verdade, entendi a comparação de V. Exa., mas, evidentemente, nós, brasileiros, não podemos ter nunca Cuba como parâmetro, e está provado, evidentemente, que o comunismo não deu certo. Todos os intelectuais pararam para ver, para estudar, não deu certo. Também o capitalismo, como está, não dá. Está surgindo agora o cooperativismo. É isso: pequenas agroindústrias, pequenas empresas. Do Norte de Minas, por exemplo, agora se trouxe o doce de pequi. Que coisa gostosa! Com R\$7.000,00, e o Banco do Nordeste também está financiando, você monta uma fábrica de licor de pequi. O Abílio mandou para a França uma amostra e fizeram um pedido para cuja entrega ele tem que trabalhar 15 anos, durante 24 horas por dia. É a maior fábrica de Montes Claros, utilizando-se fruto do cerrado. Com R\$14.000,00 ou R\$13.000,00, você monta uma fábrica de laticínios artesanal, produz 150 queijos por dia e requeijão, com 10 famílias trabalhando. Não há o salário mínimo, mas uma distribuição mais justa, o que serve de exemplo e modelo para os grandes empresários, a fim de que dividam melhor seus lucros e assim nosso País será uma bênção.

**Agradeço a oportunidade. Quero dizer aos senhores que agora sou membro da Comissão de Assuntos de Rádios Comunitárias, não suplente, mas membro. Estarei, como sempre estive, mas agora bem atento, vigilante, atuante, porque a solução para o nosso País é a liberdade da palavra. Qualquer um que assuma posição contrária assume-a por ignorância ou por interesse casuísta. Muito obrigado.**

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/12/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93; a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.443, 1.497 e 1.498, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme a seguir discriminados:

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

nomeando Vigacil Chaves para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 6/1/98, que nomeou Dorosmar Crisóstomo Cardoso para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Osita Rodrigues Cardoso para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Toninho Zeitune

exonerando Rosângela Zeitune Coletes do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

exonerando Rosemeire Zeitune Pereira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Flávio Rosseto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Paulo César Grecco para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 02418 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Nossa Sra. Lourdes - Mateus Leme.

Deputado: Ivair Nogueira.

Convênio Nº 02419 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Goiabeira - Goiabeira.

Deputado: Jose Henrique.

Convênio Nº 02420 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Associacao Las Rocha - Comercinho.

Deputado: Gilmar Machado.

Convênio Nº 02422 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Moradores Bairro Independencia - Montes Claros.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 02423 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Nossa Sra. Esperanca - Pocos Caldas.

Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.

Convênio Nº 02424 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Japonvar - Japonvar.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 02425 - Valor: R\$5.600,00.

Entidade: Associacao Comun. Setor Nossa Senhora Aparecida - Esmeraldas.

Deputado: Marco Regis.

Convênio Nº 02426 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Nossa Sra. Pobres - Teofilo Otoni.

Deputado: Wilson Pires.

Convênio Nº 02427 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Santana Grupo Vizinhanca - Carbonita.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 02428 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Pequenos Produtores Rurais Sao Domingos - Ibiracatu.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 02429 - Valor: R\$3.064,00.

Entidade: Associacao Bairro Novo - Santa Maria Salto - Santa Maria Salto.

Deputado: Miguel Martini.

Convênio Nº 02430 - Valor: R\$12.000,00.

Entidade: Centro Assistencial Descobertense - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 02431 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Centro Assistencial Descobertense - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 02432 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Centro Assistencial Descobertense - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 02433 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Geraldo Fagundes - Serro.

Deputado: Alencar Silveira Junior.

Convênio Nº 02434 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Associacao Pequenos Med. Prod. Morad. Rur. Corr. Brejaubinha - Itaipe.

Deputado: Wilson Pires.

Convênio Nº 02435 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Professor Leopoldo Miranda - Diamantina.

Deputado: Joao Batista Oliveira.

Convênio Nº 02436 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Roca Brejo - Curvelo.

Deputado: Joao Batista Oliveira.

Convênio Nº 02437 - Valor: R\$9.000,00.

Entidade: Conselho Comun. Malhada Nova - Salinas.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 02438 - Valor: R\$23.200,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Jardim Sao Joao - Pouso Alegre.

Deputado: Ambrosio Pinto.

Convênio Nº 02439 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Dores Guanhaes - Dores Guanhaes.

Deputado: Dinis Pinheiro.

Convênio Nº 02440 - Valor: R\$12.500,00.

Entidade: Associacao Lavras Velhas - Serro.

Deputado: Alencar Silveira Junior.

Convênio Nº 02441 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Regiao Sul Bairro Boa Morte - Barbacena.

Deputado: Baldoneto Napoleao.

Convênio Nº 02442 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Baependi - Baependi.

Deputado: Mauro Lobo.

Convênio Nº 02443 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Melos - Lagoa Dourada.

Deputado: Baldonado Napoleao.

Convênio Nº 02444 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Rural Pequenos Prod. Rurais Faz. Teu - Rio Pardo Minas.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 02445 - Valor: R\$9.000,00.

Entidade: Associacao Produtores Rurais Fruta Leite - Salinas.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 02446 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Acao Social Paroquias Nanuque - Nanuque.

Deputado: Miguel Martini.

Convênio Nº 02448 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Creche Comun. Vila Piratininga - Belo Horizonte.

Deputado: Alvaro Antonio.

Convênio Nº 02449 - Valor: R\$11.800,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Vicoso - Vicoso.

Deputado: Paulo Pettersen.

Convênio Nº 02450 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Jaiba - Jaiba.

Deputado: Jose Militao.

Convênio Nº 02451 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Renascer Centro Recuperacao Dependentes Quimicos - Pocos Caldas.

Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.

Convênio Nº 02452 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Creche Casinha Feliz Comunidade Vila Sao Jose - Belo Horizonte.

Deputado: Alvaro Antonio.

Convênio Nº 02453 - Valor: R\$9.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Capitaio Eneas - Capitaio Eneas.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 02454 - Valor: R\$4.500,00.

Entidade: Conselho Particular Sao Francisco Assis Ssvp - Caete.

Deputado: Jose Militao.

Convênio Nº 02455 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Engenheiro Navarro - Engenheiro Navarro.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 02456 - Valor: R\$1.200,00.

Entidade: Caixa Escolar Marco Aurelio Monteiro Barros - Leopoldina.

Deputado: Bene Guedes.

Convênio Nº 02457 - Valor: R\$4.750,00.

Entidade: Movimento Comun. Unidade Vila Cafezal - Belo Horizonte.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 02458 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Sociedade Comun. Beneficente Sao Pedro - Pouso Alegre.

Deputado: Ronaldo Vasconcellos.

Convênio Nº 02459 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Povoado Rochedo Novo - Medina.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 02460 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Beneficente Creche Asilo Sao Lucas - Medina.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 02461 - Valor: R\$18.249,84.

Entidade: Centro Comun. Bairro Cruzeiro Celeste - Joao Monlevade.

Deputado: Antonio Roberto.

Convênio Nº 02462 - Valor: R\$1.199,00.

Entidade: Centro Comun. Bairro Cruzeiro Celeste - Joao Monlevade.

Deputado: Antonio Roberto.

Convênio Nº 02463 - Valor: R\$13.000,00.

Entidade: Uniao Assist. Soc. Prot. Def. Nec. Comun. Reg. Jequitinhonha - Almenara.

Deputado: Miguel Martini.

Convênio Nº 02464 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Centro Comun. Casa Betania - Lagoa Prata.

Deputado: Baldonado Napoleao.

Convênio Nº 02465 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Ipanemense - Ipanema.

Deputado: Antonio Genaro.

Convênio Nº 02466 - Valor: R\$3.700,00.

Entidade: Associacao Comun. Morada Serra - Ibirite.

Deputado: Alvaro Antonio.



Convênio Nº 02467 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Mulheres Conj. Teixeira Dias - Belo Horizonte.

Deputado: Alvaro Antonio.

Convênio Nº 02468 - Valor: R\$2.300,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Olhos D'agua - Belo Horizonte.

Deputado: Alvaro Antonio.

Convênio Nº 02469 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipi| Rio Prado - Rio Prado.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio Nº 02470 - Valor: R\$1.200,00.

Entidade: Caixa Escolar Professora Maria Campos Sette - Sao Pedro Ferros.

Deputado: Antonio Roberto.

Convênio Nº 02471 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Principe Paz - Vespasiano.

Deputado: Irani Barbosa.

Convênio Nº 02472 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Landi - Ribeirao Neves.

Deputado: Irani Barbosa.

Convênio Nº 02473 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Promocao Idoso - Manhuacu.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio Nº 02474 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Guaranesia - Guaranesia.

Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.

Convênio Nº 02475 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Prata - Prata.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 02476 - Valor: R\$7.500,00.

Entidade: Associacao Popular Moradores Bairro Jardim Terezopolis - Betim.

Deputado: Ivair Nogueira.

Convênio Nº 02477 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Nucleo Regional Voluntarios Combate Cancer - Uba.

Deputado: Ibrahim Jacob.

Convênio Nº 02478 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Servico Promocao Menor - Januaria.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 02479 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Nova Esperanca - Varzea Palma - Varzea Palma.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 02480 - Valor: R\$11.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Palma - Palma.

Deputado: Bene Guedes.

Convênio Nº 02481 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Fundacao Assistencial Educacional Dores Indaia - Dores Indaia.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 02482 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Comun. Pentecostes Mirabela - Mirabela.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 02483 - Valor: R\$16.800,00.

Entidade: Servico Obras Sociais - Lagoa Prata - Lagoa Prata.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 02484 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Banda Municipal Jose Vaz Silveira - Divisa Nova.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 02485 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Comissao Fe Esperanca Vila Pinho - Belo Horizonte.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 02486 - Valor: R\$5.900,00.

Entidade: Conselho Desenv. Tijuco - Esmeraldas.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 02487 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Piracema - Piracema.

Deputado: Antonio Julio.

Convênio Nº 02488 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Conselho Desenv. Bentopolis Minas - Ubai.

Deputado: Cleuber Carneiro.

Convênio Nº 02489 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Obras Comun. Assistenciais Menino Jesus - Pouso Alegre.

Deputado: Miguel Barbosa.

Convênio Nº 02490 - Valor: R\$16.000,00.

Entidade: Fundacao Cultural Assistencial Filadelfia - Uberlandia.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 02492 - Valor: R\$12.000,00.

Entidade: Lar Sao Vicente Paulo Obras Unidas - Conceicao Aparecida.

Deputado: Jorge Eduardo.

Convênio Nº 02493 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao 1o. Maio Vila Vista Alegre - Belo Horizonte.

Deputado: Alvaro Antonio.

Convênio Nº 02494 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Albergue Sao Francisco Assis - Sao Tiago.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio Nº 02495 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Mata Bananeira - Patrocinio.

Deputado: Romeu Queiroz.

Convênio Nº 02496 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Centro Comun. Padre Damiao - Patrocinio.

Deputado: Romeu Queiroz.

Convênio Nº 02497 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Vila Esporte Clube - Belo Horizonte.

Deputado: Arnaldo Canarinho.

Convênio Nº 02498 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Raul Soares - Raul Soares.

Deputado: Mauro Lobo.

Convênio Nº 02499 - Valor: R\$3.500,00.

Entidade: Desafio Jovem Hebrom - Caratinga.

Deputado: Mauro Lobo.

Convênio Nº 02500 - Valor: R\$10.067,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Jaboticatubas - Jaboticatubas.

Deputado: Arnaldo Canarinho.

Convênio Nº 02501 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Sociedade Sao Vicente Paulo - Dores Indaia - Dores Indaia.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 02502 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Centro Assistencial Descobertense - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 02503 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Faculdades Unidas Norte Minas - Montes Claros.

Deputado: Gil Pereira.

Convênio Nº 02504 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Santos Futebol Clube - Bom Sucesso.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 02505 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Nucleo Assistencial Central Santa Barbara Tugurio - Santa Barbara Tugurio.

Deputado: Jose Bonifacio.

Convênio Nº 02506 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Desenv. Comun. Tapirai - Tapirai.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 02507 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Associacao Luta Vida Bairro Sombra Manha - Santo Antonio Jacinto.

Deputado: Gilmar Machado.

Convênio Nº 02508 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Moradores Proprietarios Bairro San Genaro - Ribeirao Neves.

Deputado: Irani Barbosa.

Convênio Nº 02509 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Pro-melhoramentos Bairros Milionarios Araguaia - Belo Horizonte.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 02511 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Joao Monlevade - Joao Monlevade.

Deputado: Antonio Roberto.